

OBSERVAÇÕES SOBRE OS PROCESSOS LEGISLATIVO E DOUTRINÁRIO DE ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO IMPÉRIO DO BRASIL

Ibsen Noronha*

INTRODUÇÃO

Ao Professor Carlos Fernando Mathias de Souza

A chaga da escravidão tem longa história na humanidade. É preciso dizer que a instituição persiste na África, como noticiou o jornal *O Globo*, na edição de 27 de março de 2005¹.

No Direito Romano, podemos investigar a instituição com detalhes, visto que as fontes são abundantes. Desde a aquisição até à manumissão, analisando-se o *status* do escravo, os textos do *Corpus Iuris Civilis* nos conduzem para a compreensão jurídico-histórica da condição do cativo. Pela grande influência que exerceu o Direito Romano no Ocidente, tem-se logo a medida da importância do seu conhecimento para uma visão ampla do problema.

As Escrituras Sagradas também são fonte importante. Nos primórdios do Brasil, foram utilizadas mesmo em debates jurídicos sobre a possibilidade de alguém vender a si mesmo ou o filho em caso de grande necessidade².

O pensamento grego se ocupou do problema em destaque. E tendo muito em conta que o Renascimento colaborou, em todos os campos, para a recuperação do *modus vivendi* pagão, as teorias do Estagirita também fizeram parte desse *renouveau*. O clássico trabalho de Lewis Hanke, *Aristóteles e a escravidão na América*, trouxe a reflexão do influxo aristotélico na consolidação da instituição no Novo Mundo.

* Mestre em História do Direito pela Universidade de Coimbra. Professor de História do Direito brasileiro.

¹ Cf. p. 34 a longa matéria intitulada Os Escravos modernos da África. Os países mais afetados são: Mauritânia, Mali, Chade, Sudão e Níger. São cogitados cerca de 1.000.000 de cativos e pode-se ver uma fotografia de uma jovem com grilhões.

² Vide o meu Aspectos do Direito no Brasil Quinhentista, Coimbra, 2005, p. 88-103.

Sendo o Ocidente, no campo da cultura, fruto do Pensamento grego, da Revelação judaica e do Direito Romano, não é possível observar o problema no Brasil fazendo abstração dessas referências.

O tráfico africano de escravos para o Brasil tem início no século XVI. A discussão em torno do cativo dos índios e as leis que tratavam do assunto apresentam motivos importantes para a busca da mão de obra africana visando ao desenvolvimento econômico durante os primórdios da colonização. Nos primeiros tempos após o Descobrimento, não houve senão escambo, o que tornava desnecessária a instauração do sistema escravista³. Assinalamos que, para compreender o início do tráfico atlântico, faz-se necessário considerar a questão cultural do indígena, pouco habituado ao trabalho pesado da lavoura, em especial da cana-de-açúcar, assim como alguma experiência por parte dos africanos no que respeita às culturas agrícolas que iriam se desenvolver no Brasil.

Os três povos que, essencialmente, formaram o brasileiro, portanto já cá estavam reunidos em finais do século I da nossa história. Mas a população era muito escassa, em torno de 23.000 habitantes⁴ ao final de Quinhentos, espalhados pelo vastíssimo território que estaria a leste da linha de Tordesilhas, concentrando-se ao longo da costa como é sobejamente conhecido.

Ainda não existe um estudo sério e profundo acerca do tráfico de africanos para o Brasil que explore a participação dos sobas⁵. Mas sabemos que, em África, as guerras tribais foram a principal causa da escravidão, assemelhando-se, nisso, a Roma. O que era feito dos inúmeros prisioneiros das guerras intestinais que assolavam – e assolam – a África é apenas narrado por alguns missionários e aventureiros daqueles tempos. Mas Sem fontes é, porém, difícil fazer história. Ficamos pela instigação à árdua labuta investigativa.

³ Sobre o assunto vide Alexander Marchand, *Do Escambo à Escravidão: As relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil – 1500-1580*, Rio de Janeiro, 1980.

⁴ A cifra é fornecida pelo Barão do Rio Branco.

⁵ Chefe ou régulo de tribo africana. Interessante consultar a matéria publicada no *Corriere della Sera* intitulada *Os negros pedem perdão pela escravidão* e assinada por Lanfranco accari. Nela, o Presidente do Benin, Mattieu Ker're'kou, reconhece a colaboração no tráfico de escravos e faz um mea culpa pelos Negros. Cfr. *Jornal* citado de 10 de julho de 2003.

Interessa-nos, nesta incursão, sobretudo, percorrer o problema durante o Império, que, efetivamente, assistiu a um processo cultural e legislativo que acabou por culminar com a abolição da famigerada instituição.

1 Independência, Inglaterra, José Bonifácio e o tráfico de escravos

Logo após a Independência, muitos assuntos absorveram a atenção do Governo do novel Estado. Desde a preocupação com o reconhecimento pelas Nações, passando pelo processo eivado de Constitucionalismo, até a questão da escravidão, muito foi ventilado e discutido nos primeiros tempos do Império.

Em 1823, Lord Amherst, vice-rei da Índia inglesa, ao passar pela corte do Rio de Janeiro, já transmitira a José Bonifácio os termos necessários para que o Reino Unido reconhecesse o Império. Destacava a iminente interrupção do tráfico de escravos africanos. Em 1825, Sir Charles Stuart acabou por firmar uma Convenção com o Império, sobre a extinção do tráfico. Contudo, o Ministro Canning não deu respaldo para a ratificação.

É inegável que o movimento filantrópico inglês, associado ao cálculo tradicional da Albion no que respeita aos interesses comerciais, teve influência sobre a posição que defendiam acerca do tráfico.

A luta da sociedade para Abolição do Comércio de Escravos na Inglaterra fundava-se em doutrina religiosa. Desde finais do século XVIII, organizava boicotes a produtos feitos por escravos. Também a Sociedade Feminina de Birmingham atuava na campanha com métodos refinados de propaganda, como o panfleto de Elisabeth Heyrick, publicado em 1824, que pleiteava abolição imediata e rejeitava as teses da gradualidade. No ano de 1810, houve grande pressão no parlamento inglês para que se votasse o direito dos negros, com mais de 900 petições. Cada petição tinha centenas de assinaturas. Sendo um fenômeno cultural, com marca religiosa, o movimento abolicionista inglês triunfou, em 1833, com o fim da escravidão na Inglaterra. Notemos que houve prejuízo econômico para o país.

O Patriarca da Independência já durante os trabalhos da Assembleia Constituinte propusera, por meio de uma Representação, a extinção gradual da escravidão acompanhada da emancipação dos escravos. O texto, composto de 32 artigos, era um verdadeiro programa para encerrar racionalmente a chaga da escravidão, como demonstra o extrato do seguinte documento histórico:

[...] Este comércio de carne humana é um cancro que rói as entranhas do Brasil. Comércio que hoje em dia já não é preciso para aumento da sua agricultura e povoação, uma vez que, por sábios regulamentos, não se consinta a vadiação dos brancos, outros cidadãos mesclados, e a dos forros; uma vez que os muitos escravos que já temos possam, às abas de uma governo justo, propagar livre e naturalmente com as outras classes; uma vez que possam bem criar e sustentar seus filhos, tratando-se esta desgraçada raça africana com maior cristandade, até por interesse próprio. Uma vez que se cuide enfim da emancipação gradual da escravatura, e se convertam brutos imorais em cidadãos úteis, ativos e morigerados.

Acabe-se, pois de uma vez o infame tráfico da escravatura africana. Mas com isso não está tudo feito; é preciso também cuidar seriamente de melhorar a sorte dos escravos existentes, e tais cuidados são já um passo dado para a sua futura emancipação.

As leis devem prescrever estes meios, se é que elas reconhecem que os escravos são homens feitos à imagem de Deus. E se as leis os consideram como objetos de legislação penal, por que o não serão também de proteção civil?

Torno a dizer, porém, que eu não desejo ver abolida de repente a escravidão, tal acontecimento traria consigo grandes males. Para emancipar escravos sem prejuízo da sociedade, cumpre fazê-los primeiramente dignos da liberdade. Cumpre que sejamos forçados pela razão e pela lei a convertê-los gradualmente de vis escravos em homens livres e ativos. Então os moradores deste império, de cruéis que são em grande parte neste ponto, se tornarão cristãos e justos, e ganharão muito pelo andar do tempo, pondo em livre circulação cabedais mortos, que absorve o uso da escravatura; livrando as suas famílias de exemplos domésticos de corrupção e tirania; de inimigos seus e do Estado, que hoje não têm pátria, e que podem vir a ser nossos irmãos e nossos compatriotas.

O mal está feito senhores, mas não o aumentemos cada vez mais. Ainda é tempo de emendar a mão. Acabando o infame comércio de escravatura, já que somos forçados pela razão política a tolerar a existência dos atuais escravos, cumpre em primeiro lugar favorecer a sua gradual emancipação, e antes que consigamos ver o nosso país de todo livre deste cancro, o que levará tempo, desde já abrandemos o sofrimento dos escravos, favoreçamos e aumentemos todos seus gozos domésticos e civis; instruamo-los no fundo da verdadeira religião de Jesus Cristo, e não em momices e superstições. Por todos estes meios nós lhe daremos toda a civilização de que são capazes no seu desgraçado estado, despojando-os o menos que pudermos da dignidade de homens e cidadãos.

Este é não só o nosso dever, mas o nosso maior interesse, porque só então, conservando eles a esperança de virem a ser um dia nossos iguais em direitos, e começando a gozar desde já da liberdade e nobreza d'alma que só o vício é capaz de roubar-nos, eles nos servirão com felicidade e amor; de inimigos se tornarão nossos amigos e clientes. Sejamos pois, justos e benéficos, senhores, e sentiremos dentro d'alma que não há situação mais deliciosa que a de um senhor carinhoso e humano que vive sem medo e contente no meio de seus escravos, como no meio da sua própria família, que admira e goza do fervor com que esses desgraçados advinham seus desejos, e obedecem a seus mandos, observam com júbilo celestial e como maridos e mulheres, filhos e netos, são e robustos, satisfeitos e risonhos, não só cultivam suas terras para enriquece-los, mas vêm voluntariamente oferecer-lhe até as primícias dos frutos de suas terrinhas, de sua caça e pesca, como a um Deus tutelar. É tempo, pois, que esses senhores bárbaros, que por desgraça nossa ainda pululam no Brasil, ouçam os brados da consciência e da humanidade, ou pelo menos o seu próprio interesse, senão, mais cedo do que pensam, serão punidos das suas injustiças, e da sua incorrigível barbaridade (BRASIL, 1888, p. 69-70).

Vemos, então, no Império nascente, uma voz, certamente influenciada pelo movimento inglês, bradando contra o cativo. Admitia a impossibilidade política de uma abolição imediata, mas tinha um projeto racional para o processo.

A Lei de 7 de novembro de 1831

O período regencial foi iniciado com diploma legislativo complexo sobre o tema e serviu como arma dos abolicionistas nos anos seguintes. Conhecida como Lei Feijó, então ministro da Justiça, a Lei de 7 de novembro de 1831 visava extinguir e reprimir o tráfico de escravos africanos.

O projeto fora apresentado em 31 de Maio de 1831 pelo Marquês de Barbacena e obtivera total apoio do Padre Diogo Antônio Feijó, daí ter ficado conhecida pelo nome do Ministro da Regência Trina.

O diploma garantia já no seu primeiro artigo a liberdade dos escravos que entrassem no Império após essa data. Também era prevista a punição dos traficantes, remetendo-se para o Código Criminal. Os artigos 2º e 3º definem os responsáveis pelo tráfico que devem ser punidos:

Art. 2º Os importadores de escravos no Brasil incorrerão na pena corporal do art. 179 do Código Criminal imposta aos que reduzem à escravidão pessoas livres, e na multa de 200\$000 por cabeça de cada um dos escravos importados, além de pagarem as despesas

da reexportação para qualquer parte da África; reexportação, que o Governo fará efetiva com a maior possível brevidade, contratando as autoridades africanas para lhes darem um asilo. Os infratores responderão cada um por si, e por todos.

Art. 3º São importadores:

1º O Comandante, Mestre ou Contramestre.

2º O que cientemente deu, ou recebeu o frete, ou por qualquer outro título a embarcação destinada para o comércio de escravos.

3º Todos os interessados na negociação, e todos que cientemente forneceram fundos, ou por qualquer motivo deram ajuda, a favor, auxiliando o desembarque, ou consentindo-o nas suas terras.

4º Os que cientemente comprarem como escravos, os que são declarados livres no art. 1º; estes porém só ficam obrigados subsidiariamente às despesas da reexportação, sujeitos contudo às outras penas.

O Artigo 179 do Código Criminal previa pena de três a nove anos para quem reduzisse à escravidão pessoa livre que se achasse de posse da sua liberdade. E especificava que o tempo de prisão jamais seria menor que o de cativo injusto, acrescentando-se a terça parte.

Observou-se queda do tráfico no ano de 1832. Note-se que desde então o tráfico passou a ser organizado na ilegalidade.

A fiscalização da entrada dos navios de tráfico no Brasil foi dificultada pelas rebeliões que estouraram no período regencial, muitas delas de índole separatista. Grande parte da frota foi destacada para operações de norte a sul do Brasil.

Bill Aberdeen

George Hamilton-Gordon foi o autor da Lei de 8 de agosto de 1845, aprovada pelo parlamento britânico, que proibia o tráfico de escravos entre a África e a América. O *Slave Trade Suppression Act* ou *Aberdeen Act* ficou conhecido entre nós como *Bill Aberdeen*.

Com este ato unilateral era atribuído a *Royal Navy* o direito de apreender quaisquer navios negreiros que se dirigissem ao Império do Brasil. O tráfico foi considerado ato de pirataria. Estipulava também que os navios apresados pelos ingleses produziram o julgamento dos responsáveis pelo Tribunal do Almirantado da Inglaterra. Desde então, foram aprisionadas centenas de embarcações. Algumas delas foram destruídas pelas poderosas canhoneiras britânicas.

É preciso ressaltar que, antes mesmo do *Aberdeen Act*, a marinha inglesa já apresava navios negreiros no Oceano Atlântico. Os responsáveis eram julgados por Tribunais anglo-brasileiros, sediados em Serra Leoa e no Rio de Janeiro. Torna-se clara a flagrante alteração, unilateral, da jurisdição para os casos de tráfico de escravos de África.

O governo brasileiro de então, especialmente durante os ministérios presididos pelo Marquês de Olinda e pelo Marquês de Monte Alegre, atuou marcadamente contra os interesses dos traficantes. Dessa atuação resultou a lei que aboliu em definitivo o malsinado tráfico de escravos.

A Lei Eusébio de Queiroz

Novamente temos o Marquês de Barbacena como autor do projeto que vai extinguir definitivamente o tráfico de escravos. Em 1838, assumiram o poder os conservadores. Como vimos, os gabinetes do Marquês de Olinda e do Marquês de Monte Alegre trabalharam para a aprovação da Lei n. 581 de 4 de Setembro de 1850, que viria a ficar conhecida pelo nome do Ministro da Justiça de então, Eusébio de Queiroz.

O artigo 1º comandava:

Art. 1º As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação esta proibida pela Lei de sete de novembro de mil oitocentos e trinta e um, ou havendo-os desembarcado, serão apreendidas pelas autoridades, ou pelos navios de guerra brasileiros e consideradas importadoras de escravos. Aquelas que não tiveram escravos a bordo, porém que se encontrarem com os sinais de se empregarem no tráfico de escravos, serão igualmente apreendidas, e consideradas em tentativa de importação de escravos.

Os artigos 3º e 4º definem os autores do tráfico, qualificam de pirataria e remetem, nos casos de punibilidade, para a lei de 1831:

Art. 3º São autores do crime de importação, ou de tentativa dessa importação o dono, o capitão ou mestre, o piloto e o contramestre da embarcação, e o sobrecarga. São cúmplices a equipagem, e os que coadjuvarem o desembarque de escravos no território brasileiro ou que concorrerem para os ocultar ao conhecimento da autoridade, ou para os subtrair à apreensão no mar, ou em ato de desembarque, sendo perseguido.

Art. 4º A importação de escravos no território do Império fica nele considerada como pirataria, e será punida pelos seus tribunais com as penas declaradas no artigo segundo da Lei de sete de novembro de mil oitocentos e trinta e um. A tentativa e a cumplicidade serão punidas segundo as regras dos artigos trinta e quatro e trinta e cinco do Código Criminal.

Previa-se que os escravos apreendidos – na verdade homens livres ilegítimamente postos em cativeiros – seriam repatriados por conta do Estado para os portos donde haviam saído ou qualquer outro lugar fora do Império, considerado mais conveniente pelo Governo. Enquanto aguardavam seriam empregados sob tutela do Governo, sendo proibida a utilização do seu trabalho por particulares.

O julgamento dos autores do crime é regulado pelos artigos 8º e 9º. Deixemos o texto falar por si:

Art. 8º. Todos os apresamentos de embarcações, de que tratam os artigos primeiro e segundo, assim como a liberdade dos escravos apreendidos no alto mar ou na costa antes do desembarque, no ato dele, ou imediatamente depois em armazéns, e depósitos sítos nas costas e portos, serão processados e julgados em primeira instância pela Auditoria de Marinha, e em segunda pelo Conselho de Estado. O Governo mandará em Regulamento a forma do processo em primeira e segunda instância, e poderá criar Auditores de Marinha nos portos onde convenha, devendo servir de Auditores os juizes de Direito das respectivas Comarcas, que para isso forem designados.

Art. 9º Os Auditores de Marinha serão igualmente competentes para processar e julgar os réus mencionados no artigo terceiro. De suas decisões haverá para as Relações os mesmo recursos e apelações que nos processos de responsabilidade.

Os compreendidos no artigo terceiro da Lei de sete de novembro de mil oitocentos e trinta e um, que não estão designados no artigo terceiro desta Lei, continuariam a ser processados e julgados no foro comum.

A atuação do Imperador

Dom Pedro II teve importante papel no processo legislativo que se desenvolveu a partir de 1850 culminando com a libertação dos escravos no Império. Foi um emancipacionista pertinaz.

Vejamos a avaliação da ação do Imperador feita por Joaquim Nabuco, o mais celebrado dos abolicionistas:

É certo que a ação pessoal do Imperador se exerceu principalmente, desde 1845 até 1850, no sentido da supressão do tráfico, e desde 1866 até 1871, em favor da emancipação dos filhos nascidos de mulher escrava. A parte que tocou ao Imperador, em tudo o que foi dito em prol da libertação, foi imensa, foi essencial⁶.

No ano de 1840, Dom Pedro II libertou todos os escravos que herdara. Como Imperador tinha o usufruto dos escravos da Coroa, não podendo dispor livremente acerca deles. Contudo, pagava salário mensal e os filhos dos escravos frequentavam a escola que o Imperador criara para os empregados da Imperial Quinta de São Cristóvão.

Quando viajava pelo Brasil, costumava entregar cartas de alforria, pois os senhores que o recebiam conheciam a satisfação que sentia o Imperador com este ato solene.

Ao viajar pela região do Paraná, especificamente em Ponta Grossa, foi recebido por um Senhor que, após o almoço em homenagem a Sua Majestade, disse:

— Senhor Imperador, eu podia ter feito mais alguma coisa. Podia ter matado mais uma vitela, mais um peru, mas preferi assinalar por outro modo a vossa passagem por esta terra e a honra de vir a esta casa. Libertei todos os meus escravos, que são mais de setenta, e peço a Vossa Majestade o favor de lhes entregar as cartas de liberdade.

Dom Pedro ficou emocionado e agradeceu profundamente ao digno paranaense.

Algum tempo passado, o Governo apresentou a Dom Pedro o decreto que faria o benemérito do Paraná oficial da Ordem da Rosa. O Monarca achou pouco e mandou que o elevassem a Barão. Foi alertado que era quase analfabeto aquele que iria ser nobilitado, ao que respondeu: “—

⁶ Texto publicado no *Jornal do Commercio* de 2 de dezembro de 1925.

Não será o primeiro. E este é muito digno. Mande-me o decreto fazendo-o Barão dos Campos Gerais”⁷.

A Ordem dos Beneditinos se antecipou à Lei do Ventre Livre em um lustro, concedendo a liberdade aos filhos dos seus escravos, sendo mais liberal, pois mesmo os já nascidos se beneficiaram. O Imperador foi pessoalmente ao Mosteiro de São Bento saudar o Abade Geral e entregou-lhes, então, uma condecoração⁸.

Importa também referir o discurso oficial feito perante a Assembléia, chamado *Fala do Trono*. Tal oração se dava na abertura e encerramento da sessão legislativa. A Constituição Imperial, no seu artigo 18, previa a sessão imperial de abertura. A *Fala* se fazia perante ambas as Câmaras. O texto era curto, mas dava uma panorâmica da situação do País nos planos interno e externo, assim como acenava para os principais temas que deveriam ocupar o ano legislativo.

No que respeita ao trabalho servil, podemos constatar a atuação do Imperador em diversas aberturas do Parlamento. À guisa de exemplo temos a *Fala* de 1867, assim como no ano seguinte, onde exprime a necessidade de serem *atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação*⁹.

Constante e obstinada, a atuação de Dom Pedro II mereceria um trabalho especialmente dedicado à questão da abolição.

⁷ David dos Santos Pacheco, primeiro e único Barão dos Campos Gerais, (Lapa, 28 de junho de 1810 – Lapa, 1 de novembro de 1893) foi um proprietário rural e político brasileiro. Exerceu a vice-presidência da província do Paraná e foi fundador do Partido Liberal. Durante a Guerra do Paraguai, organizou um batalhão de voluntários com 150 soldados que foram fardados e equipados à sua própria custa. Em 31 de maio de 1880, recebeu em seu solar a comitiva imperial, composta pelo Imperador D. Pedro II, Dona Teresa Cristina, além de nomes importantes como o almirante Tamandaré e o presidente da província Manuel Pinto de Sousa Dantas. Solenizando o acontecimento nesta data, alforreou todos os escravos, antecedendo, como se vê, em oito anos a Lei Áurea, tornando-se pioneiro da abolição da escravatura no Brasil e no Paraná. Construiu enorme fortuna com a comercialização de gado e muares, provenientes do Rio Grande do Sul, e tornou-se um dos maiores tropeiros do Brasil.

⁸ Cfr. Leopoldo Bibiano Xavier, *Revivendo o Brasil Império*, São Paulo 1991, p. 88.

⁹ Cfr. *Falas do Trono*, São Paulo, 1977, p. 374. Veja-se também a abertura do ano de 1883, 1884 e 1885, 1887 e 1888.

Lei do Ventre Livre

O gabinete do Partido Conservador, liderado pelo visconde do Rio Branco, aprovou, em 28 de Setembro de 1871, a Lei que libertava todos os filhos de escrava que nascessem desde então.

A Lei nº 2.040 ficou conhecida como Lei do Ventre Livre e serviu para estancar o aumento, pelo nascimento, do número de escravos no Brasil. Contudo, como veremos, o famoso diploma tinha alcance muito mais amplo.

A Lei dispunha que os filhos das escravas ficariam sob a autoridade dos senhores da mãe, com a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos. Nesse momento, o senhor poderia optar por uma indenização paga pelo Estado ou se utilizar dos serviços do menor até a idade de 21 anos. O menor poderia remir-se deste trabalho através de prévia indenização.

O artigo 3º previa a libertação anual em cada província dos escravos que a quota do fundo de emancipação permitisse. Esse fundo era composto de uma taxa de escravos, impostos gerais sobre transmissão de propriedade dos escravos, do produto de seis loterias anuais e da décima parte das que fossem concedidas para correrem na Corte, as multas impostas pela dita Lei, as quotas marcadas no orçamento geral, assim como nos provinciais e municipais e, finalmente, pelas subscrições, doações e legados que tinham essa finalidade.

O artigo 4º dispunha:

É permitido ao escravo a formação de um pecúlio¹⁰ com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O governo providenciará nos regulamentos sobre a colocação e segurança do mesmo pecúlio.

¹⁰ A Caixa Econômica foi criada pelo Decreto nº 2.723, de 12 de janeiro de 1861, por Dom Pedro II com o nome Caixa Econômica e Monte de Socorro. Seu propósito era incentivar a poupança e conceder empréstimos sob penhor, com a garantia do governo imperial. Esta característica diferenciava a instituição de outras da época, que agiam no mercado sem dar segurança aos depositantes ou que cobravam juros excessivos dos devedores. Desse modo, a Caixa rapidamente passou a ser procurada pelas camadas sociais mais populares, incluindo os escravos, que podiam economizar para suas cartas de alforria.

Interessante notar que, em caso de falecimento do escravo, metade desse pecúlio se transmitia ao cônjuge supérstite e a outra metade aos seus herdeiros. Em caso de inexistirem herdeiros, o pecúlio ficava adjudicado ao fundo de emancipação.

A Lei também previa que em caso de condomínio, se um dos condôminos libertasse o escravo este teria direito à sua alforria, com indenização dos outros senhores. Essa indenização poderia ser paga mediante serviços prestados por prazo não maior que sete anos.

As alforrias foram incentivadas na medida em que eram isentas de quaisquer direitos, emolumentos ou despesas.

Dois parágrafos do art. 4º dão tratamento ao problema de manter-se a família unida.

§7º: Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos é proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges, e os filhos menores de doze anos, do pai ou mãe.

§8º: Se a divisão de bens entre herdeiros ou sócios não comportar a reunião de uma família, e nenhum deles preferir conservá-la sob o seu domínio, mediante reposição da quinta parte dos outros interessados, será a mesma família vendida e o seu produto rateado.

A Lei também revogou disposição das Ordenações Filipinas no seu Livro IV, título 63¹¹, na parte em que dispunha acerca de revogação de alforria por ingratidão.

O artigo 6º é de grande relevância posto que libertava, naquela data, todos os escravos pertencentes à Nação, os escravos dados em usufruto à Coroa, os escravos de heranças vagas¹² e os escravos abandonados.

O processo relativo à liberdade deveria, então, ser sumário, e com apelações *ex officio* quando das decisões contrárias à liberdade.

Criou-se uma matrícula especial para todos os escravos. Os filhos de escrava que se beneficiavam da lei deveriam ser matriculados em livro distinto. Os senhores omissos pagariam multa de cem a duzentos mil réis,

¹¹ Se alguém forrar seu escravo, livrando-o de toda a servidão e depois que for forro, cometer contra quem o forrou, alguma ingratidão pessoal em sua presença, ou em ausência, quer seja verbal quer de feito e real, poderá esse patrono revogar a liberdade, que deu a esse liberto, e reduzi-lo à servidão, em que antes estava. Depreende-se que a revogação vincula-se à condição de cidadão que o liberto possui derivada do texto contido no art. 6º da Constituição do Império do Brasil.

¹² Aquela em que ninguém se habilita ou se decaírem todos os que se apresentarem como sucessores.

para cada omissão, isto pela negligência; em caso de fraude se incorreria nas penas do artigo 179 do Código Criminal.

A Lei, composta de 45 dispositivos, foi assinada pela Princesa Isabel, então exercendo a Regência do Império, e publicada na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas¹³.

2 Um parecer jurídico de um literato

Machado de Assis foi o grande mago das nossas letras. Representa o triunfo do gênio brasileiro, nobilitando a língua portuguesa. O fundador da Academia Brasileira de Letras possui faceta pouco conhecida: a de parecerista! Lembremos que exerceu com dedicação e denodo o funcionalismo público, ingressando aos 33 anos no Ministério da Agricultura, no ano de 1873, na condição de Primeiro Oficial, nomeado pelo Deputado Conservador Costa Pereira. Elaborou substanciosos pareceres jurídicos. É a faceta de um Machado de Assis jurisconsulto que se esconde nestes trabalhos árduos no ramerrão do servidor público.

Salientamos aqui, à guisa de exemplo, um parecer que tratou da sinuosa questão que envolvia a matrícula de escravo, prevista pela Lei de 28 de setembro de 1871. Cabe rememorar que a Lei assegurava a liberdade dos escravos que não tivessem sua matrícula feita no prazo prescrito pelo célebre diploma.

A Lei foi regulamentada por dois decretos: o de nº 4.835 e o de nº 5.135, respectivamente dos meses de dezembro de 1871 e novembro de 1872. Vejamos o texto do artigo 19 do primeiro regulamento:

Os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados, não forem dados à matrícula até o dia 30 de Dezembro de 1873, serão por este fato considerados libertos, salvo aos mesmos interessados o meio de provarem em acção ordinária, com a citação e audiência dos libertos e de seus curadores:

1º O Domínio que têm sobre elles.

2º Que não houve culpa ou omissão de sua parte em não serem dados á matrícula dentro dos prazos dos artigos 10 e 16¹⁴.

¹³ A Lei e os respectivos decretos que regularam a sua execução podem ser consultados, com proveito in Lei No. 2.040 de 28 de Setembro de 1871 Sobre o Estado Servil e Decretos Regulando a sua execução, São Paulo, 1872, 102 pp.

¹⁴ A matrícula esteve aberta de 1º de abril até 30 de setembro de 1872. O artigo 16 dava ainda tolerância de um ano para a matrícula depois de expirado o prazo.

Vimos que a Lei do Ventre Livre dispunha acerca das ações de liberdade, propostas por escravos, para obtenção da condição de homens livres. A previsão da apelação *ex officio* para instância superior em caso de decisão contrária à liberdade é notável no campo processual.

Machado de Assis foi chamado a dar parecer sobre o seguinte caso: um senhor de escravos ganhou ação ordinária, em Rezende, e não houve apelação por parte dos escravos. Assim, pretendia a matrícula mediante a certidão de trânsito em julgado. O Presidente da Província do Rio de Janeiro pediu ao Ministério da Fazenda para aclarar o problema. Essa Pasta requisitou então ao Ministério da Agricultura parecer. O Ministro Tomás Coelho ouviu diversos funcionários com competência para opinar sobre a matéria, para além do Procurador da Coroa. Houve divergências. Alguns contra, outros a favor da concessão da matrícula.

Machado apresentou os seus argumentos fundamentando a sua posição contrária ao registro, aplicando a interpretação teleológica. Aduziu raciocínio considerando que tanto a ação sumária quanto a ordinária faria jus a recurso *ex officio*; o autor de *Esau e Jacó* levou em conta o bem tutelado nas duas ações seria a liberdade. Deixemos Machado de Assis expor sua posição:

Pergunta-se:

— Das sentenças que, na hipótese do artigo 19, forem contrárias à liberdade, cabe apelação *ex officio*?

Minha resposta é afirmativa.

Para responder de outro modo, fora preciso criar entre os dois casos uma distinção que não existe, e que, a meu juízo, repugna ao espírito da lei.

O argumento principal que se acha nestes papéis, favorável à negativa, é que as causas de que trata o artigo 19 do regulamento não são a favor da liberdade, isto é, não são propostas pelo escravo, mas pelo senhor, a favor da escravidão, entenda-se a favor da propriedade. Esta diferença não é radical, mas aparente e acessória.

As causas do artigo 19 é certo que não as propõe o escravo, mas o senhor; não têm por objeto imediato a libertação, mas a prova da propriedade do senhor e da força maior que deu lugar à falta de matrícula. Mas em que é que tal diversidade de origem pode eliminar o objeto essencial e superior do pleito, isto é, a liberdade do escravo?

Importa pouco ou nada que o recurso à justiça parta do escravo ou do senhor, desde que o resultado do pleito é dar ou retirar a condição livre do indivíduo nascido na escravidão. Acresce que, na hipótese do artigo 19, a decisão contrária à liberdade, é contrária à liberdade adquirida, anula um efeito da lei, restitui à escravidão o indivíduo já chamado à liberdade; neste como no caso do artigo 7º, da Lei, é a liberdade que perece; em favor dela deve prevalecer a mesma disposição.

Na diferença entre ação sumária (artigo 7º, da Lei) e ação ordinária (artigo 19 do ordenamento) não estará, presumo eu, a razão da diferença para a aplicação do recurso de que se trata. Ser sumário ou ordinário o processo, suponho que apenas lhe diminui ou multiplica os trâmites, circunstância alheia ao ponto litigioso.

Outrossim, convém não esquecer o espírito da lei.

Cautelosa, equitativa, correta, em relação à propriedade dos senhores, ela é, não obstante, uma lei de liberdade, cujo interesse ampara em todas as suas partes e disposições. É ocioso apontar o que está no ânimo de quantos a têm folheado; desde o direito e facilidades da alforria até à sua disposição máxima, sua alma e fundamento, a Lei de 28 de Setembro quis, primeiro que tudo, proclamar, promover e resguardar o interesse da liberdade. Sendo este o espírito da Lei, é para mim manifesto que num caso como o do artigo 19 do Regulamento, em que, como ficou dito, o objeto superior e essencial é a liberdade do escravo, não podia o legislador consentir que esta percesse, sem aplicar em seu favor a preciosa garantia indicada no artigo 7º da Lei (Apud SCHUBSKY; MATOS, 2008, p. 111-113).

Belo espécime de parecer saído da pena do nosso mais notável homem de letras que demonstra sê-lo também de Leis.

Apreciado pela Seção de Justiça do Conselho de Estado o parecer de Machado foi respeitado e seguido. Eis uma achega à obra de juriconsulto do criador do maior mistério da literatura brasileira.

3 O movimento abolicionista

Ao final da década que viu a promulgação da Lei do Ventre Livre, diversos políticos atuaram com denodo pela total abolição do cativo no Brasil. Joaquim Nabuco, Jerônimo Sodré, Joaquim Serra, José Mariano Carneiro da Cunha e Sancho Pimentel inscreveram seus nomes entre os que avançaram com força no projeto.

O aristocrata pernambucano, Joaquim Nabuco, fundou, em 7 de setembro de 1880, a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Instituição

cujos propósitos eram lutar pela abolição da escravidão no Brasil. Fez eficientíssima campanha, com adesões de peso nos mais diversos segmentos sociais.

O manifesto de fundação da sociedade inaugura o período de grandes debates doutrinários sobre a escravidão. A perspectiva histórica é referencial. Joaquim Nabuco chama a atenção daqueles que se opõem à abolição e que se utilizam de certo argumento contra os que propugnam a total emancipação: argumento psicológico, pois são tratados como inimigos da sociedade e agentes do estrangeiro tais como: Eusébio de Queiroz, o Visconde do Rio Branco e mesmo o Imperador.

Convida aos mesmos senhores de escravos a aderirem à Sociedade, em especial aqueles que nobre e corajosamente quiserem encarar a Emancipação. Conclama o Imperador a coroar seu longo reinado com a Emancipação. Convoca os partidos à ação e invoca a grandeza do País e a mesquinhez da servidão.

Nesse grande movimento de opinião pública, também colaboraram intelectuais descendentes de escravos, como José do Patrocínio, Luís Gama e André Rebouças. De fato, podemos considerar a campanha abolicionista como o primeiro grande movimento de opinião pública da nossa História.

Lei dos Sexagenários

No ano de 1885, aprovada a Lei que ficou conhecida na história como a Sexagenária. Com efeito, há dispositivo que alcança os escravos anciãos, mas é um erro analisá-la somente sob este aspecto; é total redução do alcance da Lei 3.270 de 28 de setembro.

O projeto foi de autoria do deputado liberal Sousa Dantas na legislatura anterior. Emendado, acabou sendo aprovado pelo gabinete conservador e também atende pelo nome de Saraiva-Cotegipe.

Em seus cinco artigos, tratou essencialmente de uma nova matrícula a que ficavam obrigados os senhores de escravos. Regulou os preços dos escravos por idade. Os escravos com mais de sessenta anos não seriam arrolados e o prazo para tanto era de um ano. Novamente considerar-se-iam libertos os escravos que não fossem matriculados no prazo legal.

A Lei também incentiva à alforria perdoando dívidas de impostos referentes aos escravos libertos.

O artigo 2º trata do importante fundo de emancipado.

O fundo de emancipação será formado:

I – Das taxas e rendas para ele destinadas na legislação vigente.

II – Da taxa de 5% adicionais a todos os impostos gerais, exceto os de exportação. Esta taxa será cobrada desde já livre de despesas de arrecadação anualmente inscrita no orçamento da receita apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda.

III – De títulos da dívida pública emitidos a 5%, com amortização anual de ½%, sendo os juros e a amortização pagos pela referida taxa de 5%.

§1º A taxa adicional será arrecadada ainda depois da libertação de todos os escravos e até se extinguir a dívida proveniente da emissão dos títulos autorizados por esta lei.

§2º O fundo de emancipação, de que trata o n° 1 deste artigo, continuará a ser aplicado de conformidade ao disposto no art. 27 do regulamento aprovado pelo Decreto n° 5.135, de 13 de novembro de 1972.

§3º O produto da taxa adicional será dividido em três partes iguais: A 1º parte será aplicada à emancipação dos escravos de maior idade, conforme o que for estabelecido em regulamento do Governo.

A 2ª parte será aplicada à deliberação por metade ou menos de metade de seu valor, dos escravos de lavoura e mineração cujos senhores quiserem converter em livres os estabelecimentos mantidos por escravos.

A 3ª parte será destinada a subvencionar a colonização por meio do pagamento de transporte de colonos que forem efetivamente colocados em estabelecimentos agrícolas de qualquer natureza.

§4º Para desenvolver os recursos empregados na transformação dos estabelecimentos agrícolas servidos por escravos em estabelecimentos livres e para auxiliar o desenvolvimento da colonização agrícola, poderá o Governo emitir os títulos de que trata o n° III deste artigo.

Os juros e amortização desses títulos não poderão absorver mais dos dois terços do produto da taxa adicional consignada no n° II do mesmo artigo.

O artigo 3º prevê os casos de alforria e dispõe acerca da condição dos libertos. A matrícula seria a referência para as manumissões havendo tabela de dedução ano a ano a partir do preço figurado na inscrição.

Proibida a lei a libertação, pelo fundo de emancipação, de escravo inválido, considerado incapaz de qualquer serviço, com recurso voluntário

para o Juiz de Direito. O escravo assim considerado permaneceria na companhia de seu senhor.

Interessa, nessa ordem de ideias, conhecer os extratos seguintes do art. 3º da Lei:

§3. Os escravos empregados nos estabelecimentos agrícolas serão libertados pelo fundo de emancipação indicado no art. 2º, §4º segunda parte, se seus senhores se propuserem a substituir nos mesmos estabelecimentos o trabalho escravo pelo trabalho livre, observadas as seguintes disposições:

- a) Libertação de todos os escravos existentes nos mesmos estabelecimentos e obrigação de não admitir outros, sob pena de serem estes declarados libertos;
- b) Indenização pelo Estado de metade do valor dos escravos assim libertados, em títulos de 5% preferidos os senhores que reduzirem mais a indenização;
- c) Usufruirão dos serviços dos libertos por tempo de cinco anos.

§4. Os libertos obrigados a serviço nos termos do parágrafo anterior, serão alimentados, vestidos e tratados pelos seus ex-senhores, e gozarão de uma gratificação pecuniária por dia de serviço, que será arbitrada pelo ex-senhor com aprovação do Juiz de Órfãos.

§5. Esta gratificação, que constituirá pecúlio do liberto, será dividida em duas partes, sendo uma disponível desde logo, e outra recolhida a uma Caixa Econômica ou Coletoria para lhe ser entregue, terminado o prazo da prestação dos serviços a que se refere o §3º, última parte.

Nota-se, com razoável clareza, a *ratio* da lei: favorecer a libertação, manter o trabalho e inserir o elemento servil na vida social. Vituperem os que desejam ver má vontade dos legisladores, mas leiam e busquem com retidão a *mens legis* ou a *mens legislatoris* e podemos construir uma história honesta da abolição do império.

São ricos em detalhes os dispositivos acerca da liberdade dos sexagenários, que estão compreendidos nos parágrafos 10 e 13 do artigo visado. Mereceria o diploma extenso estudo, visto que comumente é apreciado sob prisma reduzido.

A princesa Isabel e a Lei Áurea

A *Gazeta da Tarde* de 15 de maio de 1888 notificou assim a assinatura da lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, que entrou para a História como a Lei Áurea¹⁵.

Desde 1 hora da tarde de anteontem começou a afluir no Arsenal da Marinha da corte grande número de senhoras e cavalheiros que ali iam esperar a chegada de Sua Alteza a Princesa Imperial Regente.

Às 2 horas e $\frac{3}{4}$ da tarde chegou a galeota imperial trazendo a seu bordo Sua Alteza a Princesa Regente acompanhada de seu augusto esposo Sua Alteza o Sr. Conde d'Eu, general Miranda Reis, e chefe de divisão João Mendes /salgado e dos ministros de agricultura e império.

Sua Alteza trajava um vestido de seda cor de pérolas, guarneado de rendas valenciana. Ao saltar no Arsenal foi Sua Alteza vistoriada pelas senhoras que ali se achavam, erguendo-se vivas a Sua Alteza e Sua Majestade o Imperador.

Às 2 $\frac{1}{2}$ horas da tarde já era difícil atravessar-se o perímetro compreendido nas proximidades do Paço da cidade. Calculamos para mais de 10.000 o número de cidadãos, que ali aguardavam a chegada de Sua Alteza Princesa Regente. (...).

Pouco antes das 3 horas da tarde, anunciada a chegada de Sua Alteza por entusiasmáticos gritos do povo, que em delírio a aclamava, abrindo alas, ministério, camaristas e damas do paço vieram recebê-la à porta.

Acompanhada de seu augusto esposo, subiu a princesa, tendo formado alas na sacada grande número de senhoras que atiravam flores sobre a excelsa Regente.

Em seguida a comissão do senado fez a sua entrada na sala do trono para apresentar a Sua Alteza os autógrafos da lei. Nesta raia acham-se à direita do trono ministros e à esquerda os semanários e damas do paço. A comissão colocou-se em frente ao trono, junto ao qual estava Sua Alteza, de pé, então o Sr. Senador Dantas, relator da comissão, depois de proferir algumas palavras, entre-

¹⁵ O dia 13 de maio é considerado data cívica no Brasil. O decreto nº 155 B, de 14 de janeiro de 1890, estabeleceu o feriado nacional em 13 de maio, declarando-o “consagrado à comemoração da fraternidade dos Brasileiros”. Esse feriado existiu até 15 de dezembro de 1930, quando Getúlio Vargas o revogou através do Decreto nº 19.488.

gou os autógrafos ao presidente do conselho, para que este, por sua vez, os entregasse a Sua Alteza.

O povo que se aglomerava em frente do paço, ao saber que já estava sancionada a grande Lei chamou Sua Alteza, que aparecendo à janela, foi saudada por estrepitosos vivas (...) (*Gazeta da Tarde*, 15 de maio de 1888).

A aprovação da Lei de 13 de maio de 1888 se fez em clima de grande festa como atesta a *Gazeta da Tarde*. O texto de uma das grandes leis da nossa História nada mais tem que dois artigos:

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.

O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e interino dos Negócios Estrangeiros, bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de Sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67º da Independência e do Império.

Princesa Imperial Regente.

Carta de lei, pela qual Vossa Alteza Imperial manda executar o Decreto da Assembleia Geral, que houve por bem sancionar, declarando extinta a escravidão no Brasil, como nela se declara. Para Vossa Alteza Imperial ver. Chancelaria-mor do Império – Antônio Ferreira Viana.

Transitou em 13 de maio de 1888. – José Júlio de Albuquerque.

Faz-se necessário, hoje, salientar a ação da Princesa Isabel durante todo o processo que acabamos de apresentar. Foi a herdeira constitucional do trono que enquanto Regente, portanto Chefe de Estado, incentivou os defensores da Lei do Ventre Livre; também preparou o ambiente para a

Lei Sexagenária, e finalmente, novamente excedendo os poderes constitucionais da Regência, assinou a Lei Áurea.

Na verdade, a princesa apressou a vitória da libertação total dos escravos, embora sabendo de todos os riscos que tal atitude implicava. O Trono do Brasil não foi poupado. O catolicismo da princesa em grande medida fortaleceu as suas convicções e a sua dedicação à causa da emancipação¹⁶.

Ainda sob o entusiasmo da grande festa que proporcionou o fim do cativeiro no Brasil, a filha de Dom Pedro II se encontrou com o Barão de Cotegipe, que votara contra a abolição. Dona Isabel não resistiu e disse:

– Então, Sr. Cotegipe! A abolição se fez com flores e festas. Ganhei ou não a partida?

– É verdade. Vossa Alteza ganhou a partida, mas perdeu o trono¹⁷.

Membros da Família Imperial contam que a princesa, ao deixar a barra do Rio de Janeiro, olhando a capital do Império após o golpe republicano exclamou, pensando na premonição do barão: “Mil tronos houvera, mil tronos perderia para dar a liberdade ao meu povo!”

CONCLUSÃO

São diversos os aspectos que envolvem o problema da escravidão no Brasil. Podemos observá-lo sob os prismas da sociologia, da teologia, da economia, da filosofia e tantos outros. A lente fornecida pela História do Direito nos dá uma visão privilegiada para a compreensão do processo.

Cabe lembrar que não existem estudos jurídico-históricos recentes de grande fôlego sobre o assunto. Os textos de Lei que proporcionaram a liberdade dos cativos no Brasil fornecem excelente material exegético. Se somarmos as discussões legislativas aos debates doutrinários, que foram

¹⁶ Sobre a influência da Igreja Católica seja no plano doutrinário, seja no plano factual, vide D. Oscar de Oliveira, O que fez a Igreja no Brasil pelo escravo africano, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Brasília – Rio de Janeiro, 1980, n. 326, p. 311-326. Interessa também estudar a encíclica de Leão XIII *In Plurimis*, de 5 de maio de 1888, dirigida aos bispos do Brasil, pedindo-lhes apoio para a Família Imperial, na luta que estavam a travar pela abolição definitiva da escravidão.

¹⁷ Cf. SILVA (1925).

bastantes ricos, teremos matéria para grandes e úteis desenvolvimentos que permitirão pensar o Brasil mais profundamente.

Mesmo pela análise perfunctória feita por este artigo, podemos perceber que houve sabedoria por parte dos poderes imperiais na condução de tão grande problema. Não se deve ignorar que a compreensão do passado tem gerado, por meio de uma historiografia marcadamente materialista, ressentimentos, ódios e até revanchismos. Triste momento histórico aquele em que a História se torna catalizadora de paixões destrutivas e desagregadoras. Preferimos pensar com Gilberto Freyre, que afirmava a alegria de perscrutar e entender o passado e o presente.

Durante o processo legislativo que levou ao fim da escravidão temos notícia de um pequeno fato, *petite histoire*, que nos fez sentir esta alegria. Aprovada a Lei do Ventre Livre, lei que tornou irremediável o fim do cativeiro no Brasil, houve uma chuva de flores sobre o pelanário. Estava presente nas galerias o embaixador norte-americano James Rudolph Partridge, que procurou o Presidente de Conselho para felicitá-lo. Encontrando-o colheu algumas flores e disse: “ – Vou mandar estas flores ao meu país, para mostrar como aqui se fez, deste modo, uma lei que lá custou tanto sangue!”.

O Brasil, nesse momento, foi exemplo de prudência, sabedoria e firmeza. Acompanhar o processo através das leis é descortinar os governantes, legisladores e magistrados na busca constante e perpétua da Justiça que os romanos proclaram¹⁸.

¹⁸ “Ius est costans et perétua voluntas ius suum cuique tribuendi. Iuris praecepta haec sunt: heneste vivere, alterum non laedere, suum cuique tribuere” Dig. 1.1.10.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Representação à Assembleia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1888, p. 69-70
- MARCHAND, Alexander. Do Escambo à Escravidão: As relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil: 1500-1580. Rio de Janeiro, 1980.
- NORONHA, Ibsen. *Aspectos do Direito no Brasil Quinhentista*. Coimbra, 2005.
- OLIVEIRA, Oscar de. O que fez a Igreja no Brasil pelo escravo africano. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.
- SCHUBSKY, Cássio; MATOS, Miguel. Doutor Machado > o direito na vida e obra de Machado de Assis, Ribeirão Preto, 2008.
- SILVA, Lafayette, *Vida, educação, governo e morte de Dom Pedro II*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, v. 152, 1925.
- XAVIER, Leopoldo Bibiano. *Revivendo o Brasil Império*. São Paulo, 1991.

RESUMO

O artigo pretende compreender, através de uma visão histórico-jurídica, o processo de abolição da escravidão durante o período imperial no Brasil. As fontes jurídicas são privilegiadas apresentando-se o processo histórico sob a lente do Direito e das referências culturais vinculadas à visão de mundo imperial. Os textos doutrinários favorecem as perspectivas jusfilosóficas e a compreensão do processo pelo trinômio tendências-ideias-fatos.

PALAVRAS-CHAVE: Leis. Escravidão. Abolição. Parecer. História do Direito.

ABSTRACT

The article aims at understanding the process of abolishing slavery during the Imperial period in Brazil through legal and historical perspectives. The judicial sources are privileged as the historical process is presented under the eyes of both the Law and the cultural references associated with the imperial world. The doctrinal texts favor the legal philosophy perspectives and the understanding of the process based on the triad trends-ideas-facts.

KEYWORDS: Laws. Slavery. Abolishment. Legal opinion. History of law.